

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Município de Celorico da Beira**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de ativo líquido de 45.379.385,03 € e um total de fundos próprios de 8.584.957,32 €, incluindo um resultado líquido de 291.850,92 €), a Demonstração dos resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 10.369.882,90 € de despesa paga e um total de 10.543.612,62 € de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 7. abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;



- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## RESERVA

7. A análise da informação proveniente do Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial (SIC) e dos mapas de suporte das amortizações permitiu identificar um número muito significativo de bens não valorizados ou não amortizados. Como tal, não nos pronunciamos sobre os efeitos destas situações nos ativos, fundos próprios e resultados do exercício.

## OPINIÃO

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7., as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Celorico da Beira**, em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

## ÊNFASES

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:
- 9.1 Tal como referido na nota 8.2.25 do Anexo às Demonstrações Financeiras, o Município apresenta dívida em mora à “ADSE” no montante de 735.908,09 € em resultado do custo com despesas de saúde dos seus funcionários e a reembolsar àquele subsistema.
- 9.2 Tal como determinado no ponto 4.1.9. do POCAL, procedeu-se ao reconhecimento de uma provisão para o valor da participação financeira na Empresa Municipal, no valor de 1.438.358,53 € por



contrapartida da rubrica de resultados transitados, pelo que deixou de se verificar o desacordo constante da certificação legal das contas verificada no exercício anterior.

- 9.3** Nos termos do previsto no artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, se as condições da atividade da empresa Municipal se mantiverem nos moldes atuais poderá estar sujeita a dissolução obrigatória.

Viseu, 18 de abril de 2013

O Revisor Oficial de Contas

A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda., n.º 85,  
Representada por Alberto Henrique de Figueiredo Lopes, ROC n.º 710